



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido
Operário Revolucionário

(11) 95446-2020 pormassas.org

Nº 27 30 de julho de 2025



Trump desconhece os apelos do governo brasileiro

As centrais, sindicatos, movimentos e correntes que se reivindicam do socialismo devem tomar em suas mãos a resposta ao imperialismo norte-americano

Organizar os comitês de frente única anti-imperialista em defesa da soberania nacional

Convocar imediatamente um Dia Nacional de Luta em defesa do programa próprio da classe operária e dos demais explorados

Trump concentrou seu maior ataque ao Brasil, depois da China. Negociou com o governo chinês e adiou fixar uma posição definitiva. Os alvos principais se encontram nos países que compõem o BRICS e se acham mais próximos da China e da Rússia. Mesmo assim, a União Europeia e o Reino Unido não escaparam ao cerco montado por Trump com a rede de tarifas. Os chamados acordos não passam de imposições dos Estados Unidos.

Trata-se de uma escalada da guerra comercial nas condições de crise mundial do capitalismo e declínio da hegemonia norte-americana. Eis por que essa escalada se realiza nos marcos da guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza. A primeira, se reflete na Europa; e a segunda, no Oriente Médio. É bem provável que, mais cedo ou mais tarde, os choques bélicos se manifestarão na Ásia, sob a confrontação dos Estados Unidos com a China. Em linhas gerais, a escalada da guerra comercial alicerça a escalada bélica. Os “acordos” obtidos por Trump não interromperão as tendências desintegradoras do capitalismo que emergem poderosamente após a Segunda Guerra Mundial.

O Brasil, como se vê, é tão somente uma peça no tabuleiro da guerra comercial desfechada desde o primeiro mandato de Trump em 2018. No passado, foi mais limitada e direcionada à China. A atual amplitude se explica pela sucessão de crises que tomou forma desde a década de 1970. O terremoto econômico de 2008 se destacou pelo fato dos Estados Unidos ocupa-

rem o seu epicentro. Evidenciou o caráter estrutural da crise de superprodução. Emergiu, portanto, o choque entre as forças produtivas amplamente desenvolvidas e as fronteiras nacionais.

Esse fenômeno é típico do capitalismo da época imperialista. Esteve nas raízes das duas guerras mundiais. As forças produtivas tornaram-se completamente incompatíveis com as relações capitalistas de produção, que chegou ao seu auge histórico na forma de monopólio e de predomínio do capital financeiro.

As derrotas, retrocessos e interrupções das revoluções proletárias, que abriram o caminho da transição do capitalismo ao socialismo, permitiram um respiro às potências capitalistas que protagonizaram a primeira e segunda guerras mundiais. Sem dúvida, a derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991 e a recondução da China para a restauração capitalista deram aos Estados Unidos espaço e tempo para manter sua hegemonia e a ordem mundial constituída pós Segunda Guerra.

A guerra comercial lançada em 2018 não se limitou a uma conjuntura adversa ao capital monopolista e financeiro. É o que demonstra agora, na atual etapa da guerra comercial, em que os Estados Unidos chegam ao ponto de desfechar um dos ataques mais ferozes ao Brasil nesses duzentos anos que permeiam sua dominação sobre a nação brasileira.

A prepotência como Trump tratou e trata o Estado brasileiro e seu governo é típica da doutrina Monroe

- “América para os Americanos” – decretada em 1823. A artilharia tarifária é munida por bombardeios aos mais elementares traços de independência e soberania nacionais. Em sua carta de 9 de julho e agora em sua “Ordem Executiva” de 30 de julho, Trump decreta o que pode e o que não pode ser alterado em seu plano. Evidentemente, a lista de exceções mostra que fazia parte de um jogo, de forma que os Estados Unidos pudessem unilateralmente dizer ao governo Lula que ainda está por vir os bombardeios mais certos. Em outras palavras, a partir de 6 de agosto, os Estados Unidos aumentarão as pressões para que a burguesia brasileira acerte com Lula os passos da capitulação.

A ultradireita comandada por Bolsonaro, que maneja o Partido Liberal (PL), que detém a maior bancada parlamentar, está pronta para servir incondicionalmente aos interesses do imperialismo norte-americano e à política de Trump. Não mostra nenhum receio por revelar o quanto está disposta a submeter o Brasil aos ditames do capital monopolista e financeiro dos Estados Unidos. A direita e centro-direita, por sua vez, vêm posando de defensoras dos interesses do país. Vestem a máscara da “soberania nacional” para ocultar seu servilismo e para envolver o frágil governo de frente ampla em negociações com Trump. A ultradireita age como ventríloquo da voz do imperialismo norte-americano. A direita e centro-direita agem como a voz da ponderação e do diálogo com Trump, e contra o que inapropriadamente se chama de “retaliação”, apesar de o Congresso Nacional ter aprovado a Lei da Reciprocidade. No fundo, são tão antinacionais quanto a ultradireita bolsonarista. Está claro que o Centrão se vale da diferença tática para amarrar o acantonado Lula aos objetivos de Trump.

As frações da burguesia diretamente atingidas pelas altas tarifas querem que Lula ligue a qualquer custo para Trump, acenando assim a disposição de acatar as principais exigências do imperialismo. Fazem cálculos sobre perdas e iniciam as demissões e as mais ligadas à economia norte-americana se mostram dispostas a transferirem suas fábricas para os Estados Unidos. Os governadores dos estados mais atingidos se movimentam em ações paralelas ao governo federal. Assim, se esvaziou a bandeira de “unidade nacional” erguida pelos petistas e aliados.

A manifestação fechada na Faculdade de Direito da USP, no dia 25 de julho, para condenar os ataques de Trump ao Supremo Tribunal Federal, que está preste a condenar Bolsonaro e sua hoste golpista, encerrou em si mesma. Cinco dias depois, Trump confirma as punições contra o ministro Alexandre de Moraes, em meio ao rol das tarifas.

As centrais, sindicatos, UNE, dirigentes sindicais, movimentos populares e representantes partidários se limitaram à demagogia de defesa da soberania nacional. Seguem os passos do governo Lula, que, por seu lado, segue os passos dos aliados do Centrão. Não se dispuseram a dar continuidade à única manifestação massiva ocorrida no dia 10 de julho em São Paulo. A espera de que Trump abrisse um canal de negociação resultou em paralisia e impotência do governo, tal qual pretendia a direita e centro-direita. Sem uma grande mobilização nacional, que levasse as massas às ruas, contra o plano de Trump em sua totalidade, se

inviabilizou a defesa da soberania nacional, que a burguesia brasileira nunca foi capaz de sustentá-la.

O problema está justamente em reverter essa prostração. O que, na prática, implica tirar das mãos da burguesia, de seus partidos e dos governantes a bandeira de independência e soberania nacionais. O país está passando e enfrentando uma situação de crise mundial, cujas consequências catastróficas são descarregadas sobre os países semicoloniais. Somente a classe operária, por seu lugar que ocupa nas relações de produção, pode levantar um programa de defesa nacional contra os ataques do imperialismo e a submissão da burguesia brasileira, o que inclui os governantes.

Essa condição histórica, marcada por dois séculos de saque norte-americano ao Brasil, evidencia que a força social que pode responder ao capitalismo em decomposição e ao imperialismo é a da classe operária, dos camponeses pobres e das massas urbanas empobrecidas. São os explorados que caminham no sentido da luta contra a dominação imperialista e, portanto, da revolução social. Ou a classe operária assume a batalha anti-imperialista, colocando em marcha o programa da expropriação e nacionalização do grande capital, ou a burguesia brasileira se sujeitará às exigências dos Estados Unidos. Nesse sentido, a responsabilidade das direções sindicais e do movimento camponês e popular cresce na medida em que avança o intervencionismo imperialista, com sua guerra comercial e escalada bélica.

O Partido Operário Revolucionário (POR) defende que este “1º de agosto Dia Nacional de Mobilização”, convocado pelas centrais e movimentos, seja o ponto de partida para a realização de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas em todo o país. Que imediatamente se realizem assembleias nos locais de trabalho e as assembleias gerais para organizar a frente única anti-imperialista e aprovar as bandeiras que de fato defendam os empregos, salários e os direitos e que se contraponham às medidas de apoio aos capitalistas.

Enfrentar os ataques de Trump à economia brasileira e à soberania nacional com as massas nas ruas!

Levantar as bandeiras de defesa dos empregos, salário e direitos como parte da luta contra os ataques dos Estados Unidos!

Rechazar a campanha da ultradireita bolsonarista por meio das mobilizações e organização independente dos explorados diante da política burguesa!

Desmascarar as falsidades da direita e centro-direita que orientam o governo a se subordinar aos ditames de Trump!

Rejeitar o imobilismo e o colaboracionismo burgueses do governo Lula de frente ampla!

Organizar o movimento de frente única anti-imperialista a partir das fábricas, dos demais locais de trabalho, do campo e das escolas!

Constituir um comando de frente única anti-imperialista para dirigir o combate contra a ofensiva do imperialismo!

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações em todo o país!